



XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



Pesquisa urbana no Brasil: uma leitura inicial

Urban research in Brazil: an overview

*Vinicius M. Netto, Universidade Federal Fluminense,
v1n1netto@yahoo.co.uk*

*Maria Fizon, Universidade Federal Fluminense,
mariafizon@gmail.com*

*Maria Clara Moreira, Universidade Federal Fluminense,
maclara.moreira@gmail.com*

*Ivo Moraes, Universidade Federal Fluminense,
ivommoraes@gmail.com*

RESUMO

Uma disciplina que não reconhece a constituição de seus campos e abordagens pode ter dificuldades em conhecer e avançar sobre seus limites, em reconhecer possibilidades, interesses e objetivos tanto epistemológicos quanto institucionais. Este artigo propõe o início de um mapeamento da disciplina dos Estudos Urbanos a partir de um reconhecimento de seus campos, construindo (1) uma visão geral de algumas dos principais campos de investigação hoje no Brasil, (2) uma análise dos interesses e produção de pesquisa no país formando uma espécie de painel da pesquisa urbana no país, e (3) a identificação do grau de influência do contexto na definição de uma agenda nacional de pesquisa. Essa leitura panorâmica percorre como fontes alguns dos principais veículos de publicação do país, como os periódicos RBEUR e URBE e os eventos ENANPUR e ENANPARQ. Nosso panorama avalia campo e eixo temático, a região de origem dos autores e suas instituições. Propomos este trabalho como um estímulo ao esforço de um reconhecimento disciplinar que deve ser ampliado, precisa ser coletivo e ficar permanentemente aberto a contribuições e releituras.

Palavras Chave: Pesquisa, produção acadêmica, epistemologia, contexto.

ABSTRACT

A discipline that does not recognize a constitution of its fields and approaches may have difficulties in knowing and advancing its limits, in recognizing possibilities, interests and objectives, both epistemological and institutional. This article proposes the beginning of a study on the discipline of Urban Studies from a recognition of its fields, building (1) an overview of some of the main fields of research in Brazil today, (2) an analysis of interests and production (3) an identification of the degree of influence of the context in the definition of a national research agenda. This panoramic reading covers as sources of some of the main publication vehicles of the country, such as the RBEUR and URBE journals and the ENANPUR and ENANPARQ events. Our panorama evaluates a field and a thematic axis, a region of origin of the authors and their institutions. We propose this work as a stimulus for the effort of a disciplinary recognition that must be broadened, needs to be collective and permanently open to contributions and re-readings.

Keywords Clave: Research, academic work, epistemology, contexto.

INTRODUÇÃO: UM PANORAMA NACIONAL DA PESQUISA?

Uma disciplina que não reconhece a constituição de seus campos e abordagens pode ter dificuldades em conhecer seus limites e avançar em relação a eles; pode ter dificuldades frente a um mundo empírico em constante movimento e apresentando novos desafios ao entendimento; pode ter dificuldades em objetivar as motivações dos esforços de pesquisa – bem como em reconhecer possibilidades, interesses e objetivos em jogo em territórios tanto epistemológicos quanto institucionais. Questões sobre a possibilidade de uma agenda *nacional* de pesquisa e suas implicações, ou se há de fato um ‘caráter’ que diferenciaria a pesquisa feita no Brasil daquela desenvolvida em outras regiões do mundo, não podem ser problematizadas sem um trabalho recorrente de auto-reconhecimento.

Essa leitura inicial sugere uma série de perguntas. Há uma ‘pesquisa urbana brasileira’, com contornos diferenciados dos de outras regiões do norte e sul globais? Há certamente partes, temas, campos - mas esses fragmentos formam que mosaico? O que esse mosaico diz de sua realidade, e de sua relação com o mundo da teoria em outras regiões? Se não há uma ‘pesquisa urbana nacional’, o que estaria interferindo nessa gênese? Haveria possibilidade, sentido e desejo de se chegar a uma síntese brasileira capaz de expressar problemas empíricos e uma sensibilidade teórica modelados nesse contexto? Quais as motivações que nos levam a pensar soluções teóricas próprias? Que contribuição a teoria brasileira pode fazer à teoria urbana como um todo?

Veremos que certamente temos desafios que têm guiado e constituído abordagens. Mas que gênese será essa? Que direção tomou ou tomaria? Nos moveremos de uma reflexão sobre a possibilidade de uma agenda ou agendas nacionais em direção outra pergunta a ser posta em campos distintos, e ao final, no mosaico de campos no país: há uma gênese da pesquisa urbana como um todo?

Propomos neste artigo o início de um mapeamento da disciplina dos estudos urbanos a partir de um leque de um reconhecimento de seus campos. Não parece haver muitos trabalhos que façam o reconhecimento desse tecido de abordagens de modo a ver como ele é constituído, quais são as relações internas entre temas e visões disponíveis, quais suas características, suas lacunas. Desejamos oferecer aqui um painel que ampare a auto-observação e a autocrítica – uma forma de entender a disciplina e fazer sentido de suas ênfases, focos, realizações e limites; além de estimular a leitura transversal de seus campos e o debate sobre sua composição. De fato, os problemas enfrentados na realidade urbana do Brasil e que motivam e alimentam a disciplina são diversos e conhecidos. Ao mesmo tempo, há um esforço sistemático no país para a produção de conhecimento sobre essa realidade – envolvendo pesquisadores, programas de pós-graduação e publicações com diferentes ênfases e que compõem um cenário próprio.

Atentos à demanda de reflexões capazes de fazer um reconhecimento amplo deste contexto, este trabalho propõe (1) construir uma *visão geral de algumas das principais linhas e campos* de investigação em desenvolvimento hoje no Brasil. Este exame do cenário de pesquisa inclui a análise introdutória de temas e conhecimentos teóricos e empíricos produzidos no país. Naturalmente, qualquer tentativa de análise dessa natureza enfrenta a impossibilidade de cobrir todas as áreas da disciplina e examiná-las com a devida propriedade. Não se pretende fazer um panorama total ou fixo, nem percorrer o estado da arte em cada campo específico. Nossos objetivos são identificar tendências e trabalhos representativos de abordagens recentes no Brasil, e oferecer elementos iniciais para uma base de autoconhecimento, visando expansão coletiva.

Uma vez que tais tendências e limitações estejam mapeadas, este trabalho pretende (2) fazer uma análise da distribuição dos interesses e produção de pesquisa no país, levando em conta regiões, estados e instituições distintas. Veremos uma espécie de painel da pesquisa urbana no país. Buscaremos então (3) identificar o grau de *influência do contexto* e suas urgências empíricas na definição do que vamos chamar de “agenda nacional de pesquisa”, mesmo que esta agenda seja de fato livre de qualquer orientação autoconsciente.

Finalmente, o trabalho reflete sobre condições para se fazer pesquisa urbana no Brasil – olhando do *papel das tradições e dificuldades epistemológicas à influência das condições materiais* sobre o escopo e resultados científicos, em um ambiente sob pressão crescente para a internacionalização, especialização e divisão temática. O trabalho discute ainda as progressivas exigências institucionais e sistematização da esfera da publicação científica entre as forças que moldam a pesquisa no país.

O ESTADO DA DISCIPLINA: UMA VISÃO INICIAL DOS CAMPOS TEMÁTICOS

Qual é o status da pesquisa urbana em nosso contexto? Quais seriam os temas e abordagens explorados no ambiente da pesquisa urbana hoje no Brasil? Veremos abaixo algumas das abordagens em andamento hoje no país. Dada a enorme disponibilidade de trabalhos e o leque amplo de campos que constitui a disciplina dos estudos urbanos, a escolha de trabalhos citados se orienta ao estado da arte ou à produção mais recente na disciplina. Uma análise ampla sobre a produção de pesquisa no Brasil é uma tarefa arriscada, que pode facilmente falhar se não bem delimitada. A primeira tarefa é definir as fontes para essa leitura panorâmica, dentro dos limites do nosso conhecimento e levantamento. Esse esforço enfrenta a dificuldade de se resgatar trabalhos publicados nos principais eventos e periódicos especializados no país em longos períodos de tempo. Assim, é preciso definir quais os periódicos, congressos e simpósios poderiam oferecer elementos para essa leitura, e qual o período a ser observado. Escolhemos analisar dois dos principais periódicos e dois dos principais eventos da área: a *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* (RBEUR) é uma publicação semestral da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), desde 1999. A *Revista Brasileira de Gestão Urbana* (Urbe) é uma publicação mais recente, tendo início em 2009 com edições semestrais, com mudança para edições quadrimestrais a partir de 2014. Entre os eventos, analisamos os artigos publicados nos Encontros Nacionais da ANPUR (o ENANPUR), e nos Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (o ENANPARQ). A ANPUR existe desde 1983 e conta com 57 programas de pós-graduação de todo o país, e realiza seus encontros desde 1986 bianualmente. Já a ANPARQ se formou mais recentemente, em 2004, tendo 29 programas de pós-graduação em arquitetura e urbanismo filiados, e realizando seus encontros bianuais desde 2010. Definimos como período de análise busca os campos teóricos na atualidade, tendo como recorte os anos de 2001 à 2015.

Na seção abaixo, complementamos as informações desses veículos com séries de outras publicações, de periódicos à capítulos e livros. É importante adicionar que, mesmo analisando essas publicações, a amostra resultante de trabalhos e seus autores não busca representar a totalidade dos trabalhos e autorias, ou ser uma sugestão de qualidade ou preferência. Ainda, os trabalhos de autores tendem a se desdobrar em diferentes dimensões, e sua acomodação nos campos examinados abaixo não deve ser interpretada como encerrada em si: muitos dessas abordagens têm fortes sobreposições e desdobramentos. As bordas entre campos são porosas, se existentes, e certamente não desejamos estabiliza-los demais ou ignorar suas extensões e conexões: se a cidade e a vida urbana são tramas complexas e contínuas, assim deve ser sua captura na forma de conhecimento. Outros autores preferirão outros arranjos. Uma genealogia

dessas ramificações deve ser tema para esforços coletivos na disciplina. Assim, organizamos temas de pesquisa de acordo com os seguintes eixos e campos temáticos, definidos buscando afinidade aos eixos temáticos encontrados nesses periódicos e eventos.

1. *Pobreza urbana; assentamentos informais e déficit habitacional; direito à cidade*

Considerando o contexto de um dos países mais desiguais do mundo, não surpreende a atenção ao problema da pobreza urbana em pesquisa. Cidades brasileiras projetam essa estrutura social e uma série de aspectos nesse sentido vêm sendo abordados. Parte dos trabalhos tem focado no cenário empírico da falta de moradia para as populações de baixa renda em uma escala preocupante, envolvendo locais periféricos ou em localizações de risco potencial da autoconstrução e do mercado informal (Abramo, 2008; 2009). O campo se desdobra ainda em investigações historiográficas sobre a produção da habitação precária e das respostas institucionais (e.g. Silva, 2005; Leitão, 2009; Bonduki, 2014), e explorações do conceito de direito à cidade, originado em Lefebvre, incluindo movimentos sociais e dinâmicas imobiliárias da exclusão (Fix, 2001), regularização fundiária (Bienenstein et al, 2011), os ‘territórios da moradia’, o grave problema dos sem teto e as soluções das ocupações (Bursztyn, 2000; Maricato, 2015), entre outras urgências empíricas e abordagens.

2. *Habitação social: programas, implicações urbanas*

Desde as remoções forçadas realizadas em metrópoles brasileiras na primeira metade do século e os projetos do Banco Nacional de Habitação (BNH) nos anos 1970, o déficit habitacional no país seguiu crescendo, alcançando mais 8 milhões de unidades no começo dos anos 2000 e estando atualmente em torno de 6 milhões.¹ Muitos estudos nesse campo trabalham como análises históricas ou críticas a partir de diferentes perspectivas, abordando características e impactos dos programas tanto de época quanto contemporaneamente (Vaz, 2002; Correia et al, 2006; Bonduki, 2014). Lamentavelmente, este trabalho de pesquisa não parece exercer influência no desenho de novos programas, com ações severamente criticadas sendo repetidas historicamente (Cardoso, 2013), agora na forma de um plano nacional para a habitação de interesse social (HIS) e suas replicações metropolitanas e locais, e dos projetos do onipresente Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Na tradição historiográfica dos estudos de soluções e programas de habitação, as ênfases atuais refletem tanto a urgência empírica do problema quanto o gigantismo e a natureza da solução que o PMCMV se dispõe a ser. São muitos os aspectos investigados: o desenho do programa e seus agentes de produção (Cardoso, 2013; Amore et al, 2015); a relação entre faixas de renda e segregação espacial dos empreendimentos, espelhando a lógica de um gradiente espacial de renda, que parece ainda demandar demonstração rigorosa, e os problemas de mobilidade decorrentes dessa localização e seus impactos nos laços e redes sociais dos moradores;² a localização de novos complexos habitacionais em relação à moradia anterior (Faulhaber e Azevedo, 2015); a carência de infraestruturas e diversidade das atividades dos entornos, bem como impactos dos conjuntos; a análise tipológica de conjuntos habitacionais; a crítica da reprodução de um modelo construtivo que desconsidera características e demandas locais (Andrade, 2015) e da qualidade construtiva dos conjuntos – dentre outros.

3. *Segregação social e urbana*

¹ Segundo índices da Fundação João Pinheiro de 2015: <http://www.fjp.mg.gov.br/>

² No caso do Rio de Janeiro, correlações entre faixa de renda e proximidade ao centro, principal polo de empregos, são baixas, mas existentes. Sobre este item e a relação entre mobilidade e esferas de sociabilidade, veja Netto et al (2014).

Os estudos sobre segregação em estudos urbanos buscam entender como as diferenças de renda, a discriminação, a marginalização, o distanciamento e mesmo o isolamento entre grupos afetam suas relações e moldam a cidade. A multidimensionalidade do fenômeno da segregação vem sendo crescentemente reconhecida em trabalhos no exterior. O foco tradicional na segregação territorial e residencial evoca a formação do espaço segregado na cidade brasileira, enfatizada no trabalho clássico de Villaça (1998). Um aspecto novo é a relação entre segregação e redes sociais: a formação de grupos segregados a partir de graus de homofilia (ou homogeneidade) e graus de localismo ou dependência de proximidade da moradia para estabelecer laços sociais, sobretudo no caso dos mais pobres (Marques, 2015). Outra abordagem foca na constituição das possibilidades de contato e encontro social a partir dos padrões de mobilidade e as trajetórias de atores de classes distintas na cidade, numa visão de segregação para além do território – ou o papel do espaço na formação de redes sociais (Netto et al, 2015). Trabalhos também têm focado na microsegregação dos condomínios fechados e assentamentos informais, no auto isolamento de grupos sociais (Caldeira, 2000), e no papel da configuração espacial (Schroeder e Saboya, 2015) nesse sentido. Em menor número, há trabalhos recentes sobre a segregação regional e movimentos pendulares, e uma ênfase recente no mapeamento da segregação racial no país.

4. *Morfologia urbana e dinâmicas sociais*

Uma tradição de pesquisa que se desdobra também no Brasil é o estudo da forma urbana e suas implicações sociais, derivado de áreas como as escolas tipológicas alemã (Conzen), italiana (Muratori e Canniggia) e francesa (Panerai) e a sintaxe espacial de Hillier e Hanson, entre outras. No Brasil, os estudos de morfologia têm se dedicado a problemas da configuração particular da cidade brasileira (Medeiros, 2013), formas de análise e relações com dinâmicas como movimento do corpo e deriva (Aguiar, 2010). Outras abordagens enfocam mais explicitamente a fragmentação e padronização de morfologias construídas e suas implicações, dos “efeitos da arquitetura” e a perda de vitalidade urbana (Saboya et al, 2015) até pesquisas recentes sobre condições da caminhabilidade e viagens a pé (Larrañaga et al, 2009). O campo trabalha em aproximação a temas como segregação, vitalidade urbana, apropriação dos espaços públicos e urbanidade.

5. *Urbanidade e relações entre Sociedade e Espaço*

Debates sobre o papel e impactos da morfologia no país se desdobraram em estudos da “urbanidade”, um dos conceitos mais usados e menos definidos na disciplina. Mesmo em circulação desde os anos 1900 significando a ‘condição de vida na cidade’, foi Lewis Mumford quem fundiu essa condição à noção de senso comum do modo ‘cortês’ de ‘viver juntos’ em seu ensaio de 1953, “East End urbanity”. No Brasil, o tema passa a aparecer em eventos da área mais intensamente no final dos anos 2000, o que sugere um ganho recente de popularidade. Sua relação com condições da presença pedestres e constituição do espaço foram introduzidas sobretudo por Holanda e exploradas por Aguiar (2010). Outras experimentações, como as ‘urbanidades amalgamadas’ no espaço (Krafta, 2012) ou usos da teoria Ator-Rede na captura de instâncias cotidianas da urbanidade (Rheingantz, 2012) foram depois exploradas, junto a suas condições éticas e dimensões fenomenológica, comunicativa e ontológica (Netto, 2014), as condições da desurbanidade (Figueiredo, 2012) e suas dimensões experienciais múltiplas (Castello, 2010; Scocuglia 2012; Trigueiro, 2012). Esforços teóricos mais amplos envolvem as relações entre sociedade e espaço, derivadas de epistemologias bastante distintas. No Brasil, temos tido poucas aproximações amplas fora da geografia humana de Milton Santos ou da etnografia urbana, como a cartografia da ação social em Ribeiro (2013c), explorações da sociabilidade urbana (Frúgoli Jr., 2007), leituras da “crise nas matrizes espaciais” (Duarte, 2002), as “tramas da prática e seus

espaços” em cidades como sistemas de encontro, comunicação e interação material (Netto, 2014) ou as relações entre arquitetura e sociedade em Holanda (2013).

6. *Esfera pública, espaço público e sistemas de espaços livres*

Estudos da relação entre cidade e vida social ainda se desdobraram em novas implicações via os conceitos políticos de “espaço público” e “esfera pública” a partir de Hanna Arendt e Jürgen Habermas, respectivamente, também utilizados em comunicação com a ciência política (veja Novaes, 2012). Espaços da diversidade, da indiferença e o problema da sua privatização progressiva e gentrificação (Serpa, 2007); etnografias e historiografias dos usos da rua, conflitos e política de espaços públicos; ideias da dimensão social e política dos espaços públicos em Abrahão (2008), Queiroga (2014) e Carvalho Santos (2012), entre outros; e as condições de uma política do cotidiano e a crise do espaço público são alguns dos temas em um campo hoje profícuo. Investigações da dimensão urbana da esfera pública encontraram relações com outro campo em afirmação no país, em torno da ideia de “sistema de espaços livres” sobretudo no trabalho de Tângari et al (2009) e Macedo (2009). Explorações com diferenças ênfases morfológicas e territoriais podem ser encontradas em Campos (2012), entre outros. Para efeito dos principais eventos multitemáticos do país, veremos que o tema aparece com mais força no Enanpur que no Enanpur.

7. *Patologias e desempenho: mobilidade, dispersão e infraestrutura*

Certas abordagens de pesquisa endereçam urgências associadas à estrutura das cidades brasileiras: redes urbanas formadas por ações individualizadas sem coordenação, mediadas pelo mercado, levando a frágeis estruturas fragmentadas de acessibilidade (Medeiros, 2013); o problema severo de municípios com infraestrutura precária ou mesmo ausente, comercializadas gerando encargos para o Estado, a população e o meio ambiente, incluindo custos da ineficiência na relação entre área coberta e densidade populacional; e a saturação dessas estruturas e infraestruturas e suas graves consequências para redes de interação social e econômica, e para a acessibilidade a centros e equipamentos comunitários. Outras abordagens focam no problema da dispersão, baixas densidades e prejuízos à eficiência dos transportes públicos e a implantação de sistemas de transporte também são tematizadas (Ojima e Marandola Jr., 2016); redes de mobilidade e transporte ativo (Andrade, 2012), bem como na ideia de cidades partidas geográfica e economicamente, resultando em um número de estudos que ainda não parecem repercutir significativamente no planejamento, reordenação e melhoria dos sistemas urbanos no país.

8. *Violência e segurança pública; tecnológicas da vigilância*

No Brasil são encontradas 21 das 50 cidades mais violentas do mundo.³ Considerando que o problema tem raízes estruturais evidentes na produção da pobreza, é inevitável que pesquisadores se debrucem sobre o problema e busquem explicitar as condições de reprodução da violência e insegurança que atinge as áreas urbanas na própria formação das cidades.⁴ O campo engloba desde condições espaciais de eventos de violência, com aspectos que tocam a segregação e o status do espaço público, à sociologia do crime. Dentre os temas explorados destacamos as condições urbanas das ocorrências em Monteiro e Cavalcante (2012) e Vivan e Saboya (2012); a geração das hoje onipresentes “arquitetura da violência” (Ferraz et al, 2015 etc.) e “cidade de muros” (Caldeira, 2000); e os novos mecanismos e tecnologias da vigilância e controle urbano que

³ Segundo ranking de 2015 para cidades com mais de 300.000 pessoas, realizado pela ONG mexicana Conselho Cidadão para a Segurança Pública e a Justiça Penal.

⁴ Vale destacar que a violência no Brasil não está restrita às zonas urbanas, ainda que esta análise trate apenas desse âmbito.

vão ganhando o espaço público e se infiltrando em territórios e formas de vida (Firmino e Duarte, 2015).

9. *Percepção e relações ambiente-comportamento*

Teorias da percepção da forma urbana e relações ambiente-comportamento, desenvolvidas a partir da influência seminal de Lynch, fizeram-se sentir no país sobretudo desde os anos 1980, com o trabalho de Maria Elaine Kohlsdorf e, adiante, em autores também orientados para dimensões comportamentais (como Reis e Lay, 2006). Abordagens são frequentemente desenvolvidas via entrevistas a usuários e instrumentos mais recentes da chamada 'avaliação pós ocupação'. Uma avenida de interesse é a problematização dos ruídos e circularidades envolvidos na coleta da leitura de usuários, as dificuldades de passagem de experiências espaciais não-discursivas para o discursivo, as impressões movidas sobretudo pela construção de imaginários urbanos via marketing imobiliário e estilos de vida, que podem influenciar 'preferências' declaradas conscientemente, e a diferença entre a interpretação pessoal dos 'efeitos do urbano' e os efeitos efetivos nos comportamentos espaciais e sociais. O campo hoje parece se beneficiar de conceitos como o *wayfinding*, explorado por exemplo em Belotti e Portella (2016), e teorias da cognição em desenvolvimento na geografia cognitiva e ciência da cognição.

10. *Lugar, território, identidades*

O conceito multidimensional de 'lugar' inclui explorações desde a geografia em aproximação à filosofia e estudos urbanos focadas no sentido, expressão e corporeidade do lugar (como em Holzer, 2012; Marandola Jr., 2013). Desdobramentos na forma de conceitos de 'lugaridade' vêm ocorrendo na fenomenologia (Holzer, 2014) e geografia urbanas (Souza, 2013). As relações entre lugar e identidade também são encontradas nas interfaces da psicologia, urbanismo e arquitetura (Del Rio et al, 2002) e em definições de *placemaking* e *placemarketing* (Castello, 2010).

11. *Alteridades e corporeidades; imaginário e cybercultura*

Uma série de aspectos da vida social e da experiência urbana vem sendo abordadas e alimentadas por uma sensibilidade interpretativa desenhada para evocar a posição de sujeitos em diferentes contextos e condições, como formas de inclusão sistemática do múltiplo, do diverso e do incerto, influenciadas sobretudo pela filosofia pós-moderna de Derrida, Deleuze e Guatarri, entre outros. Essas explorações abrangem da dimensão cultural, da produção e circulação de discursos, imagens, textos e subtextos (Pereira et al, 2014) e paralelos no cinema (Name, 2013); políticas culturais e espaço urbano; a crítica da racionalização da interação social, dos projetos de desenvolvimento urbano e modernização, a produção saberes locais e sistematicidade popular, os usos da cultura como resistência e capital simbólico, as ações individuais e coletivas em conjunturas urbanas e no espaço vivenciado, bem como as tendências da vida urbana contemporânea (Ribeiro, 2013c); e a cidade como interface de signos e comunicação de massa, e mediação de fluxos culturais e imaginários (Ferrara, 2016). Temas recentes como a *cybercultura* e interfaces de espaços urbanos e redes digitais têm recebido notavelmente pouca atenção na disciplina, sendo tematizados mais frequentemente em áreas de tecnologias da informação, como em Lemos (2007) e Bruno et al (2010).

12. *Cartografias e territórios; redes e sociabilidades; conflitos urbanos*

Em estreita relação com o campo anterior, um segundo campo se desdobra em cartografias como formas de representação e afirmação de tecidos e redes de ações no cotidiano, com influências de filosofias de Henri Lefebvre e das táticas relacionais de Michel de Certeau. Caminhos

particularmente profícuos incluem a 'cartografia da ação social' e resistências e afirmações de segmentos marginalizados na vida cotidiana, de Ana Clara Torres Ribeiro (2013b); presenças do corpo no espaço público, deriva e experiências corporais ou não-discursivas na cidade e suas corpografias (Jacques e Britto, 2015); identificações espaciais, territórios e ligações com o sujeito, as desapropriações materiais e simbólicas do espaço, e as territorialidades e movimentos sociais (Fernandes, 2005). Outros desdobramentos incluem a difusão e impactos das novas tecnologias sobre a ação e redes de sociabilidade (Egler, 2010); as tramas e disputas territoriais nos sentidos simbólicos e materiais, e a representação territorial de grupos e sujeitos, ações e modos de vida diversos, não-oficiais ou hegemônicas, disputa cartográfica e disputas territoriais e exame das configurações econômicas (Acselrad, 2012); entre outros trabalhos. Muitos desses trabalhos envolvem uma dimensão que extrapola o contorno da pesquisa, em busca de ações e da visibilidade política de grupos nos contextos em que pesquisas são atuadas – na forma de narrativas de conflitos, reivindicações, protestos e ocupações simbólicas, a legitimidade de campos sociais, e as relações e práticas que moldam o território, direitos sociais (Telles e Cabanes, 2006; Araujo e Haesbaert, 2007). Conexões entre esses contextos e tendências globais da economia e política, as arenas políticas ocultas e condições urbanas em regiões periféricas do capitalismo e projetos de desenvolvimento urbano também são encontradas (Ribeiro, 2013a).

13. *Produção e reestruturação urbana; dinâmicas do mercado; política fundiária*

Um campo de pesquisa inteiramente distinto se constitui a partir da aproximação entre economia espacial e estudos urbanos por vias neoclássicas e marxistas. A partir de temas clássicos como decisões locacionais, circuitos monetários urbanos e destruição criativa, e das relações multiescalares entre fluxos do capital e sua fixação em paisagens urbanas na literatura internacional, o campo no país se orienta a uma amplitude de processos e circuitos da produção do espaço urbano, da autoprodução informal à associação entre mercado imobiliário e capitais financeiros (Corrêa, 2011) e outras conexões a dinâmicas como a reestruturação produtiva e padrões de industrialização e localização, movimentos migratórios regionais, o desenvolvimento entre escalas local e global (Brandão, 2007); o mercado do solo urbano, a formação dos preços e estratégias competitivas (Jorgensen, 2008; Abramo, 2008) também sob impactos da globalização e suas implicações na transformação urbana, reconfiguração espacial da cidade brasileira. Outros problemas de pesquisa incluem a forma edificada, práticas de incorporação e especulação imobiliárias (Costa, 2002; Araújo e Vargas, 2014) e estratégias mercantis e territórios simbólicos (Leão Júnior e Brito, 2009), a atuação do Estado na produção do espaço, e a redução da sua presença no setor da habitação e da implementação de políticas e modelos de financiamento habitacional. Um tema recente captura tendências de mercantilização da habitação: as conexões entre capital financeiro e atores e empresas de incorporação imobiliária, e o uso da habitação como investimento dentro de um mercado financeiro globalizado (Rolnik, 2015). Finalmente, temos a relação entre produção do espaço e legislação, instrumentos de política fundiária e gestão social da valorização da terra (Santoro, 2004).

14. *Gestão, estratégias e agentes de planejamento; políticas públicas*

A dimensão normativa da produção e reprodução urbanas se desdobra em um campo ligado à teoria do planejamento, focado em problemas como as influências do Estado e mercado em processo de urbanização e na organização espacial de grupos e atividades sociais (como Arantes et al, 2000; Abramo, 2008); a incapacidade dos mecanismos de mercado para fornecer habitação adequada e acessível e seus impactos sobre o direito à moradia (Rolnik, 2013; 2015); os novos instrumentos de legislação no país, como o Estatuto da Cidade e a outorga onerosa (e possíveis impactos sobre a valorização fundiária) como em Furtado (2005) e Cymbalista et al (2007); ou

relações entre competitividade, guerra fiscal e políticas regionais. O campo ainda inclui críticas ao planejamento estratégico, marketing urbano e parcerias público-privadas e operações urbanas (Sánchez, 2010; Vainer, 2011). Aspectos mais amplos amarram essas questões a descrições de uma crise societária e mecanismos de apropriação e produção da riqueza, ligados a distintas arenas políticas, como desafios para a participação social em processos de planejamento (como em Ribeiro, 2013a; Arantes et al, 2000).

15. Megaprojetos e megaeventos; marketing urbano; espetacularização

No Brasil a ênfase nesses estudos, por motivos bastante claros, cresceu vertiginosamente nos anos 2000. A realização de megaeventos no país todo, mas em especial na cidade do Rio de Janeiro,⁵ trouxe consigo a constatação dos muitos, e variados, impactos que estes trazem consigo. A produção no campo inclui descrições e análises críticas da espetacularização e marketing urbano e comodificação da cidade (Sánchez, 2010); de regimes de planejamento de exceção (Vainer, 2011); impactos locais de lógicas hegemônicas e homogeneizantes, grandes projetos, megaeventos e transformações urbanas (Sánchez et al, 2014). Ainda que as análises das implicações dos eventos em si possam encontrar frequentemente mais delimitação crítica do que exames em diferentes direções, o fato dos impactos dos megaeventos tenderem a se fazer sentir no futuro próximo segue como pauta de investigação.

16. Historiografias da cidade e do planejamento; patrimônio e memória urbana

Os estudos que envolvem a história e patrimônio urbanos apresentam uma produtividade consistente dentro da pesquisa urbana no Brasil, sua abordagem se infiltra nos diferentes campos produzindo trabalhos que poderiam ser distribuídos de diversas formas. Documentação; debates sobre obras e fontes documentais; documentos e arquivos da história; relações entre conservação e tombamento (Sampaio e Bahia, 2015); a dimensão simbólica da monumentalização (Pessoa, 2016); herança cultural e a importância da cultura para a produção de um urbanismo sustentável (Zancheti e Magalhães, 2015); história da habitação e da construção (Koury, 2013). É especialmente interessante entender este campo como um que abarca todos os demais, sendo a pesquisa histórica em si uma forma de estudar fenômenos urbanos, ou seja, a historiografia sendo principalmente uma forma de abordar os demais campos que envolvem estudos urbanos.

17. Paisagem e ambiente

A disciplina tem oferecido abordagens bastante diversas à paisagem e ambiente em suas relações com fenômenos urbanos e socioespaciais. De um ponto de vista experiencial e fenomenológico (Holzer, 2012); relações sistêmicas entre morfologia e sistemas biofísicos, e biofísico (Tângari et al, 2011; Montezuma et al, 2014), gestão ambiental; desigualdades e justiça socioambiental (Acsehrad, 2009), paisagismo comestível e justiça alimentar, gestão da paisagem, relações entre paisagem e cultura, infraestrutura e climatologia urbana (Macedo, 2009); biodiversidade, sistemas hidrológicos e rios urbanos (Bartalini, 2009; Costa, 2006; Goski, 2010). Vemos ainda possibilidades de aproximação entre temas como o paisagismo, sistemas de espaços livres e lógicas de movimento dos corpos em apropriação do espaço.

18. Sustentabilidade

⁵ A cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 2007 e 2016 foi sede de diversos eventos de escala mundial tais como jogos Pan Americanos (2007), Rio +20 (2012), Jornada Mundial da Juventude (2013), Copa do Mundo de Futebol (2014) e Jogos Olímpicos e Paralímpicos (2016).

A sustentabilidade e problemas relacionados ao meio ambiente talvez sejam a temática de maior presença no imaginário da disciplina nas últimas décadas. Naturalmente, os índices alarmantes de riscos ambientais incentivam pesquisas e busca por respostas. Temas e problemas de pesquisa incluem dependência e impactos de padrões de ocupação urbana sobre ecossistemas (Duarte e Serra, 2003) incluindo fatores como transporte, poluição e mudanças climáticas (Ribeiro et al, 2000); desenvolvimento sustentável (Leite e Awad, 2012) e desdobramentos políticos e a crítica dos discursos (Acsehrad, 2009; Fizon e Rodrigues, 2015); urbanismo sustentável ou ecológico, fluxos de energia, ciclos de nutrientes, microclimas e distúrbios naturais; infraestrutura verde (Herzog, 2013) e relações com a estrutura urbana, apropriação do espaço público ou águas urbanas (Cormier e Pellegrino, 2008); renaturalização, reabilitação e requalificação ambiental (Romero e Silva, 2012; Araújo, 2015); relações com poluição do ar e saúde pública (Junger e Leon, 2007); monitoramento ambiental (Martins et al, 2014); planejamento e desenho ambientais (Franco, 2001; Santos, 2004;). Dada à exaustão do uso do termo 'sustentabilidade' incluindo sua absorção e distorções mercadológicas, recentes explorações do tema vem sendo feitas sob o conceito de 'resiliência' ou 'desempenho ambiental'. Um dos aspectos mais interessantes deste tema são os diferentes resultados, críticas e propostas, ainda que a temática e preocupações centrais aparentem unidade. Os financiamentos e atenção dispendidos a cada linha ou abordagem parecem intimamente ligados ao que seus resultados indicam; ou seja, há pesquisas que permanecem pouco conhecidas por um desinteresse ou incompreensão.

19. Ensino

O debate teórico sobre o urbanismo, tanto como disciplina como graduação, mescla a pesquisa urbana com teorias da pedagogia e psicologia (Elali, 2015), compreendendo a dificuldade de trabalhar e avaliar campos multidisciplinares, em que a subjetividade e inexistência de respostas corretas são uma constante. Um dos nichos mais relevantes e (surpreendentemente ainda) controversos é o ensino da tecnologia, do papel da tecnologia no ensino e na representação ao investimento no ensino da tecnologia aplicada ao planejamento e projeto urbanos. Novos recursos como sistemas de informação geográfica têm ensino limitado nas graduações; a integração com sistemas de projeto urbano, desempenho de tipologias, planejamento fundiário e construção civil parece uma realidade distante (Baltazar, 2012).

20. Novas tecnologias e meios de exploração de processos urbanos e planejamento

A exploração de novas tecnologias parece especialmente problemática também na pesquisa e prática do urbanismo no país. No âmbito acadêmico, vemos muitos nichos desconectados de novas técnicas, possivelmente em função de pressupostos de formação disciplinar. Dado a dificuldades de observação de transformações urbanas que naturalmente envolvem ampla escala no tempo e no espaço, estudos de simulação e experimentos *in silico* ainda são pouco explorados no país (Peres e Polidori, 2011) e parametrismo (Canuto e Amorim, 2010), bem como a visão de cidades como territórios digitais, espaço aumentado e redes tecnológicas (Duarte et al, 2014).

Naturalmente, muitos outros autores e trabalhos não puderam ser incluídos acima, por limitações de espaço e de nossa varredura. Nossa expectativa é a de *representar interesses de pesquisa*, mesmo que em contornos gerais. Não há pretensão de se abarcar todos os campos de pesquisas em desenvolvimento no país, o que demandaria muito mais do que um único artigo. A própria delimitação desses campos é uma proposição aberta à interpretação. Nosso objetivo é trazer um leque de trabalhos como passo para um primeiro mapeamento. A partir dele, podemos fazer outras investigações, como sobre o papel do *contexto* na produção desse imenso leque temático.

A DISTRIBUIÇÃO DA PESQUISA NO PAÍS

De modo interessante (e provavelmente inevitável), muitas dessas abordagens parecem espelhar os principais problemas e desafios empíricos que enfrentamos em nossas cidades. O aumento progressivo da urbanização ao redor do mundo tem trazido consigo circunstâncias que demandam permanente investigação pela academia. Assim como o fenômeno, abordagens e campos também mudam constantemente, e alguns deles emergem e ganham evidência, enquanto outros podem cair em esquecimento. Certas questões urbanas são encontradas em contextos distintos, e algumas delas podem mesmo ter o status dos problemas universais. Contudo, problemas urbanos específicos podem ser sentidos de modo particularmente forte em certos contextos, o que é certamente o caso Brasileiro.

Como colocado, escolhemos analisar a *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* (RBEUR), a *Revista Brasileira de Gestão Urbana* (Urbe), e os anais do ENANPUR, tendo como recorte os anos de 2001 à 2015. Nossa análise busca identificar (i) o número de publicações organizadas dentro de campos e eixos de pesquisa e (ii) sua variação no tempo; (iii) as *autorias* e (iv) as *instituições de origem* de seus autores. Nos casos de coautoria, para evitar replicação, os artigos foram contados em atribuição à instituição do primeiro autor. Os itens analisados foram: *Autoria; Instituição de origem do/a primeiro/a autor/a; Veículo; Ano da publicação*. Os campos analisados e agregados acima deram origem à tabela 1. Para fins de estudo da *distribuição dos interesses e da produção de pesquisa no país*, foram explorados três conjuntos de informações: (1) o número de artigos publicados nos quatro veículos, de acordo com campo e eixo temático no período; (2) o número de artigos publicados de acordo com a região das instituições de origem dos autores; (3) o número de artigos publicados de acordo com as instituições.

	Campos de pesquisa analisados	Eixos Temáticos	
1	Pobreza; assentamentos informais e déficit habitacional; direito à cidade	<i>Habitação, Segregação e Direito à cidade</i>	1
2	Habitação social: programas, implicações urbanas		
3	Segregação social e urbana		
4	Morfologia urbana e dinâmicas sociais	<i>Espaço urbano, Espaço público e Dinâmicas sociais</i>	2
5	Urbanidade e relações entre sociedade e espaço		
6	Esfera pública, espaço público e sistemas de espaços livres		
7	Patologias e desempenho: mobilidade, dispersão e infraestrutura		
8	Violência e segurança pública; tecnologias da vigilância		
9	Percepção e relações ambiente-comportamento	<i>Cidade e Cultura</i>	3
10	Lugar, território, identidades		
11	Alteridades e corporeidades; imaginário e cybercultura		
12	Cartografias e territórios; redes e sociabilidades; conflitos urbanos	<i>Produção e Gestão do espaço</i>	4
13	Produção e reestruturação urbana; dinâmicas do mercado; política fundiária		
14	Gestão, estratégias e agentes de planejamento; políticas públicas		
15	Megaprojetos e megaeventos; marketing urbano; espetacularização	<i>História e Patrimônio Urbanos</i>	5
16	Historiografias da cidade e do planejamento; patrimônio e memória urbana		
17	Paisagem e ambiente	<i>Ambiente e Sustentabilidade</i>	6
18	Sustentabilidade		
19	Ensino	<i>Ensino e Novas tecnologias</i>	7
20	Novas tecnologias e meios de exploração de processos urbanos e planejamento		

Tabela 1: proposição de campos de pesquisa e eixos temáticos. Fonte: autores.

Eixos temáticos (figura 1). Na RBEUR, o eixo *Produção e Gestão do Espaço* é predominante entre as publicações do periódico, e é o eixo presente em todas as publicações. Outro eixo constante é *Espaço urbano, Espaço público e Dinâmicas sociais*. O eixo *Ensino e Novas tecnologias* teve um número relevante nas publicações em 2002 e 2013. Na URBE, o eixo mais abordado também é o *Produção e Gestão do Espaço*. O eixo *Habitação, Segregação e Direito à Cidade*, depois de uma rápida aparição em 2009, volta a aparecer em 2013, possivelmente por efeito do PMCMV. A predominância do eixo *Produção e Gestão do Espaço* tende a se repetir nos ENANPUR e nos ENANPARQ em 2012 e 2014, com exceção do ENANPARQ 2010, com mais trabalhos sobre *Espaço urbano, Espaço público e Dinâmicas sociais*.

O peso das instituições (figura 2). A produção de instituições de porte como a USP e UFRJ se mostra visivelmente predominante na RBEUR. Algumas instituições de menor porte chamam atenção pela quantidade de publicações, como a UFPE e UFF (13 publicações cada). O número de trabalhos publicados por estrangeiros também é bastante significativo. Por sua vez, a URBE apresenta maior variedade de instituições, com reforço daquelas localizadas mais ao sul do país, evidenciando a influência do contexto regional. Outro ponto interessante é a grande participação de trabalhos internacionais. Um terço dos trabalhos publicados na URBE são de instituições internacionais.

Distribuição de artigos por eixo temático

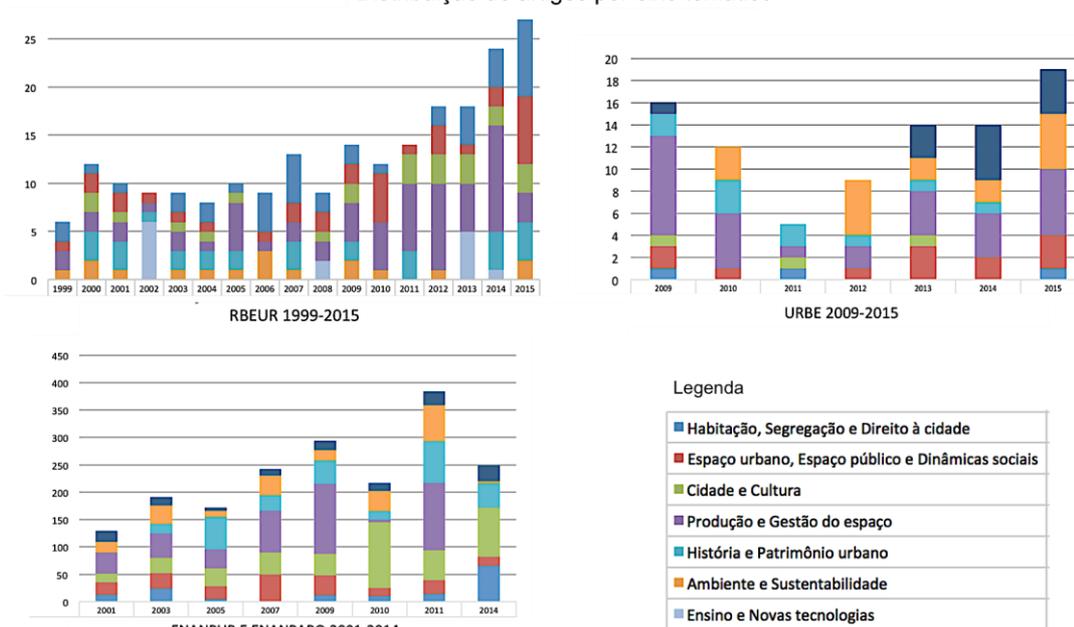


Figura 1 – Distribuição dos artigos por eixo temático. Fonte: autores

Percentual de artigos por instituição

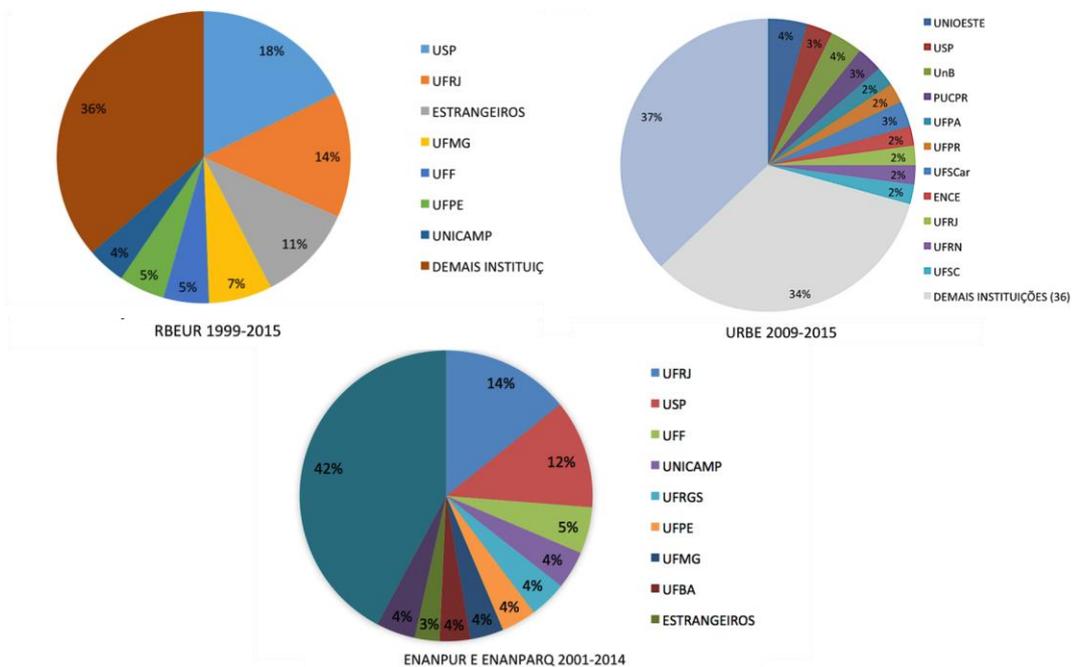


Figura 2 – Distribuição dos artigos por instituição. Fonte: autores

Distribuição das publicações entre regiões. Os trabalhos publicados no periódico da RBEUR tem menor variação de localidade: os estados de São Paulo e Rio de Janeiro são predominantes – fato espelhado para os ENANPARQ e ENANPUR. A presença das demais regiões tende a ser quase constante nos eventos, com certo equilíbrio. A predominância de uma região é mais disputada na URBE, com presença mais forte de trabalhos oriundos da região sul.

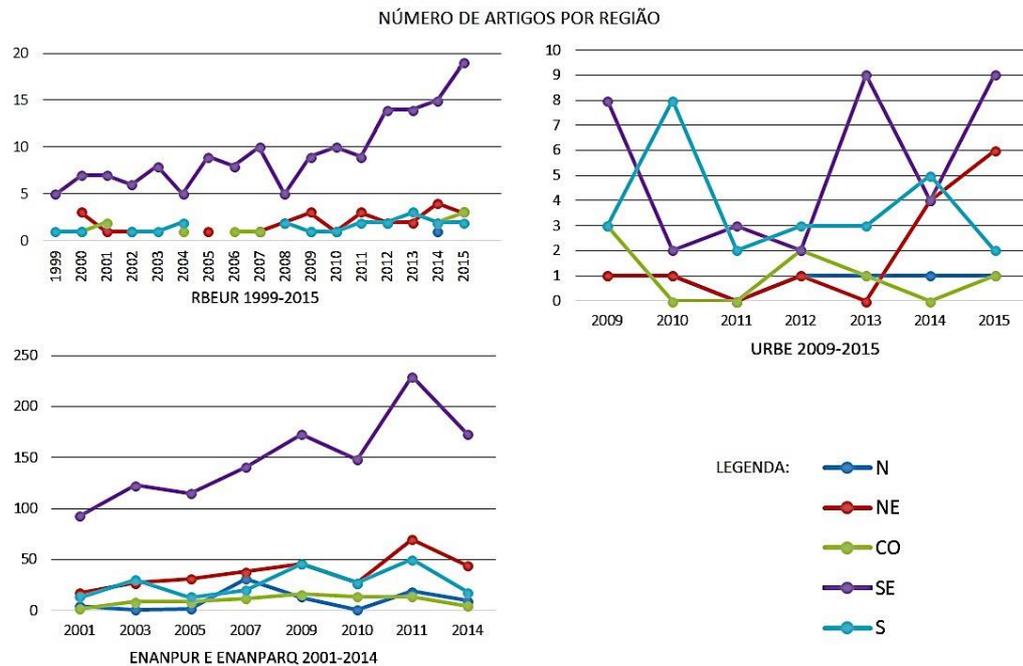


Figura 3 – Distribuição dos artigos por região. Fonte: autores

Esses achados, mesmo que revelem certa topografia da pesquisa urbana brasileira, na verdade despertam uma pergunta chave: quais são as razões para essa distribuição de temas e produção de pesquisa? Vejamos como podemos iniciar talvez estender essas questões na próxima seção deste artigo

CONCLUSÕES: O PESO DO CONTEXTO

O quanto o contexto molda nossa agenda de pesquisa? Temas atraem a atenção de grupos com inclinações teóricas específicas. Certamente não vemos uma agenda de pesquisa absolutamente coesa ou internamente referenciada, mas uma série de problemas e abordagens de pesquisa estabelecidos a partir de experiências diárias que convidam à investigação e determinam campos de pesquisa de maior ou menor amplitude. Campos se diversificam a partir de fenômenos e impactos sentidos e causados por cidades em cada país ou região, mas não se pode considerar essa a única variável influente na configuração da pesquisa em urbanismo no Brasil.

DIFICULDADES EPISTEMOLÓGICAS

Temos uma disciplina colhida em divisões: (i) *entre abordagens críticas e analíticas*; (ii) *entre abordagens qualitativas e quantitativas*, com rejeições mútuas e difícil diálogo, baseadas em visões de território e configuração espacial; e (iii) *entre teorias urbanas e teorias socioespaciais*: na distinção de Harvey (1973); a relativa autonomia da cidade enquanto unidade ou dinâmica.

Vemos *dificuldades ou relativo desinteresse na busca por indícios e evidências como forma de sustentação de teorias e argumentos*. Isso implica que nem todas as abordagens mapeadas acima caem estritamente dentro de abordagens científicas – que requerem confirmações empíricas sistemáticas e não devem se amparar apenas em poucos casos selecionados. Muito do trabalho de pesquisa ainda é *baseado em pressupostos e premissas cuja veracidade é assumida*, e nem sempre examinada adequadamente como oportunidades de investigação empírica. Frequentemente explicações são baseadas em paradigmas que antecipam plenamente as respostas, em uma espécie de confirmação *ex ante*: as respostas são obtidas a partir das premissas definidas *a priori* pelo paradigma adotado. No entanto, essas formas de pesquisa ficam naturalmente mais sujeitas a proposições que não estão abertas ao seu próprio erro, que podem levar a conclusões não problematizadas ou confrontadas com outros modos de checagem do problema, sobretudo o empírico, e a riscos mais altos de circularidade epistemológica. Entendemos que o trabalho de pesquisa traz sérias limitações e contradições, e que esse esforço de investigação significa estar aberto ao fenômeno e as surpresas que podem estar nele contidas.

Um dado relacionado é que parte significativa dos artigos submetidos à revisão costuma *carecer do diálogo e confronto cuidadoso com o estado da arte* (dentro e fora do Brasil) e a situação clara do que o trabalho pretende contribuir sobre o problema em questão. Essa ausência frequente do estado da arte gera grandes dificuldades, mesmo que a princípio sutis: fragmentação e perdas de possibilidades de acúmulo de saberes e de incorporação dos ganhos trazidos por outros trabalhos, de modo a permitir um real avanço cognitivo. Campos e disciplina não se constituem como sistema de discurso atento a si. *Referências teóricas utilizadas são frequentemente mais antigas* do que a média das citadas em publicações internacionais. Vemos ênfases mais centradas nos clássicos nos campos que no confronto com e discussão do estado da arte como forma de evidenciar as contribuições de cada trabalho. Isso também pode ser explicado por barreira linguística, o tempo que publicações ganham até ganharem status capaz de atrair tradução para o português, e possivelmente graus de desconfiança em relação a novas ideias antes de ganharem reconhecimento acadêmico.

DIFICULDADES PRÁTICAS

Um dado relacionado é que parte significativa dos artigos submetidos à revisão costuma *carecer do diálogo e confronto cuidadoso com o estado da arte* (dentro e fora do Brasil) e a situação clara do que o trabalho pretende contribuir sobre o problema em questão. Essa ausência frequente do estado da arte gera grandes dificuldades, mesmo que a princípio sutis: fragmentação e perdas de possibilidades de acúmulo de saberes e de incorporação dos ganhos trazidos por outros trabalhos, de modo a permitir um real avanço cognitivo. Campos e disciplina não se constituem como sistema de discurso atento a si.

Parece ainda haver *dificuldade de referência de trabalhos entre autores distintos abordando os mesmos temas* – talvez por receios de perda de originalidade ou concessão de autoridade. São dados que sugerem um estado incipiente da pesquisa urbana no nosso contexto. As dificuldades práticas enfrentadas na pesquisa acadêmica no Brasil perpassam um número de fatores. A percepção dos problemas brevemente discutidos abaixo vem de relatos e de trabalhos que

apresentam a situação da pesquisa no país, destacando que essas dificuldades não são enfrentadas apenas no meio da pesquisa urbana.

Há uma dificuldade enfrentada pelos pesquisadores dos principais eixos: há um relativo *desconhecimento do que é produzido nas universidades fora dos grandes eixos nacionais* como Rio-São Paulo. É difícil explicar a razão deste desconhecimento, que assume *a priori* que a pesquisa digna de atenção é aquela produzida a partir de lugares de renome. Logicamente, cidades com grandes centros universitários terão maior número de dados disponíveis, e conseqüentemente interessarão mais à pesquisa internacional. Entretanto, a pesquisa urbana, restrita às grandes metrópoles, pode ignorar questões relevantes nas cidades de pequeno e médio porte. Há ainda fatores como o *desequilíbrio nos grupos de pesquisa em relação a gênero, etnia e raça*. A questão do gênero parece ter melhorado significativamente nos últimos anos, mas a falta de diversidade de etnia e raça na academia seguem compondo um cenário bastante desfavorável nacionalmente. Esses fatores têm impacto direto na investigação sob um contexto social mais amplo, que enriquece as percepções da academia e por conseqüência seus resultados.

Há ainda fatores como o *desequilíbrio nos grupos de pesquisa em relação a gênero, etnia e raça*. A questão do gênero parece ter melhorado significativamente nos últimos anos, mas a falta de diversidade de etnia e raça na academia seguem compondo um cenário bastante desfavorável nacionalmente. É bem conhecida a escassez de laboratórios, espaço e equipamentos, limitando a pesquisa em aspectos como equipe e material; a raridade de projetos com base em pesquisadores contratados, e a uma dependência de estudantes de graduação – enquanto mestres e doutores se encontram desamparados para o desenvolvimento de suas pesquisas uma vez terminados os cursos de pós-graduação. Vemos no entanto que *há uma agenda de pesquisa* – não uma agenda autoconsciente, mas decorrente de pressões empíricas, motivada por urgências reais. Finalmente, entendemos que um trabalho de investigação epistemológica como este, ser superficial é um risco. Este trabalho é o início de um esforço que deve ser ampliado, precisa ser coletivo e ficar permanentemente aberto a contribuições e releituras.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. A Cidade Caleidoscópica. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- ACSELRAD, H. A Duração das Cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Ed. Lamparina, 2009
- ACSELRAD, H. (Org.) Cartografia Social e Dinâmicas Territoriais. Rio de Janeiro: IPPUR, 2012.
- AGUIAR, D. *Alma Espacial – Corpo e o Movimento na Arquitetura*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2010.
- AMORE, C.S.; SHIMBO, L.Z., RUFINO, M.B.C. (Orgs.) Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- ANDRADE, L. (Org.) Para além da unidade habitacional: pela moradia e pela cidade no contexto da construção da [minha] casa e da [minha] vida. UFRJ – PROURB – CiHabE. Rio de Janeiro, 2015.
- ANDRADE, V. Bike Infrastructures Report. Architecture and Design Series, v. 37, p. 1-300, 2012

- ARANTES, O. B.; MARICATO, E.; VAINER, C. O Pensamento Único das Cidades. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ARAUJO, C.P.; VARGAS, H.C. A arquitetura e o mercado imobiliário. São Paulo: Manole, 2014.
- ARAUJO, E.C. Requalificação Ambiental Urbana na Cidade Contemporânea: reflexões para um debate. In: BENINI, S.; ROSIN, J. (Org.) Estudos Urbanos: uma abordagem interdisciplinar. Tupã/SP: ANAP, 2015.
- ARAUJO, F.G.B de; HAESBAERT, R. (Orgs). Identidades e territórios. Rio de Janeiro: Acess, 2007.
- BALTAZAR, A.P. Além da representação: possibilidades das novas mídias na arquitetura. Virus, v. 8, p. 1, 2012.
- BARTALINI, V. Os córregos ocultos e a rede de espaços públicos urbanos. Arquitectos 106.01, 2009.
- BIENENSTEIN, R.; PASCHOALINO, R. B. ; AMARAL, D.; CRUZ, M.C.M. ; SANTOS, F.R.O. Regularização Fundiária Sustentável: Alguns Desafios. Planejamento e Políticas Públicas, v. 37, p. 153-184, 2011.
- BONDUKI, N. Os pioneiros da habitação social. Cem anos de política pública no Brasil. Volume 1. São Paulo: Editora Unesp. Edições Sesc, 2014.
- BRANDÃO, C.A. Território e Desenvolvimento. Campinas: Unicamp, 2007.
- BURSZTYN, M. (Org.) *No meio da rua: Nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- CALDEIRA, T.P. Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.
- CARDOSO, A.L. *O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Territoriais*. Rio de Janeiro: Capital, 2013.
- CARVALHO SANTOS, T. C. Espaço público, morfologia e fragmentação - rupturas e mutações no ordenamento do território. Cadernos de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, v. 10, p. 143-163, 2012.
- CORRÊA, R.L. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo, 2011.
- COSTA, L.M.A. Rios e Paisagens Urbanas em Cidades Brasileiras. Rio de Janeiro. Ed. PROURB, 2006.
- DEL RIO, V.; DUARTE, C.R.; RHEINGANTZ, P. A. Projeto do Lugar. Rio de Janeiro: Contra Capa/Proarq, 2002.
- DUARTE, F. Crise das matrizes espaciais. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- EGLER, T.T.C. Redes tecnossociais e democratização das políticas públicas. Sociologias, p. 208-236, 2010.
- ELALI, G.V.M.A.. Eliminar ou ampliar barreiras? a criatividade discente. Revista Projetar, v. 1, p. 34-42, 2015.

- FAULHABER, L.; AZEVEDO, L. SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.
- FERRARA, L. D. (Org.) Cidade entre Mediações e Interações. São Paulo: Paulus, 2016.
- FERRAZ, S. M. T.; BENAYON, J. S.; ACIOLY, L. L.; ROSADAS L. G.; CORREA, P. R. Arquitetura da Violência. Movimento Revista de Educação, v. 1, p. 111-142, 2015.
- FIGUEIREDO, L. Desurbanismo: um manual rápido de destruição de cidades. In: AGUIAR, D.; NETTO, V.M. (Org.) *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2012.
- FIRMINO, R.; DUARTE, F. Private video monitoring of public spaces: The construction of new invisible territories. *Urban Studies*, v. 53, p. 741-754, 2015.
- FISZON, M.; RODRIGUES, L. Discursos sustentáveis para políticas públicas insustentáveis. *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, v. 3, p. 96-108, 2015.
- FIX, M. Parceiros da Exclusão: duas histórias da construção de uma nova cidade. São Paulo: Boitempo, 2001.
- FRANCO, M. Planejamento Ambiental para a cidade sustentável. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2001.
- FURTADO, F. Recuperação de mais-valias fundiárias urbanas: reunindo os conceitos envolvidos. In: SANTORO, P. (Org.). *Gestão social da valorização da terra*. São Paulo: Instituto Pólis. Caderno Pólis, 9, 2005.
- GOSKI, M.C.B. Rios e cidades: ruptura e reconciliação. São Paulo: SENAC, 2010.
- HERZOG, C.P. Cidade para Todos: (re) aprendendo a conviver com a natureza. Mauad X. Inverde, 2013.
- HOLANDA, F. Os 10 Mandamentos da Arquitetura. Brasília: FBRH Editores, 2013.
- HOLZER, W. Sobre territórios e lugaridades. *Cidades*, v.10, n.17, 2014.
- JORGENSEN, P. O Mercado Imobiliário e a Formação dos Preços do Solo. Rio de Janeiro: 2008.
- JUNGER, W.L.; LEON, A.P. Poluição do ar e baixo peso ao nascer no Município do Rio de Janeiro, Brasil, 2002. *Cad. Saúde Pública*, [s.l.], v. 23, n. Sup 4, p. S588-S598, 2007.
- KRAFTA, R. Impressões digitais de urbanidade. *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2012.
- LEITÃO, G. Dos barracos de madeira aos prédios de quitinetes. Niterói: EDUFF, 2009.
- LEITE, C.; AWAD, J.C. Cidades Sustentáveis. *Cidades Inteligentes*. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- LEMOS, A.; Cidade Digital. Salvador: EDUFBA, 2007.
- MACEDO, S. (Org.). *Paisagem e Ambiente: Ensaios*, n.26. São Paulo: FAUUSP, p 197-210, 2009.
- MARANDOLA Jr., E. Fenomenologia e pós-fenomenologia. *Geograficidade*, v.3 n.2, 2013.

- MARICATO, E. Para entender a crise urbana - São Paulo: Expressão Popular, 2015
- MARQUES, E. Urban poverty, segregation and social networks in São Paulo and Salvador. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 39, n. 6, p. 1066-1083, 2015.
- MEDEIROS, V. Urbis Brasiliae O Labirinto das Cidades Brasileiras. Brasília. Editora UnB. 2013.
- MENDONÇA, F.; MONTEIRO, C.A. Clima urbano. São Paulo: Contexto, 2003.
- MONTEIRO, C. M. G.; Cavalcanti, R. A face noturna da cidade: dinâmica sócio-espacial, morfologia e seguranças das atividades noturnas no bairro de Boa Viagem. In: Anais do II ENANPARQ, Natal, 2012.
- MONTEZUMA, R.; TANGARI, V. R.; ISIDORO, I.; MAGALHAES, A. Landscape units as territorial analysis procedure. Our common future in Urban Morphology. 1ed. Porto: FEUP, v. 1, p. 1716-1726, 2014.
- NAME, L. Geografia Pop: O Cinema e o Outro. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2013.
- NETTO, V.M. *Cidade & Sociedade: As Tramas da Prática e seus Espaços*. Editora Sulina: Porto Alegre, 2014.
- NETTO, V.M.; PINHEIRO, M.; PASCHOALINO, R. Segregated networks in the city. *International Journal of Urban and Regional Research* 39 (6), 2015.
- OJIMA, R.; MARANDOLA Jr., E. (Org.). Dispersão Urbana e Mobilidade Populacional. São Paulo: Blucher, 2016.
- PERES, O.M.; POLIDORI, M.C. Práticas contemporâneas de geocomputação aplicadas ao ambiente digital. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 3, p. 259-271, 2011.
- PESSÔA, J.S. Entre o singelo monumentalizado e o simbólico Reflexões sobre o patrimônio cultural brasileiro. *Arquitextos (São Paulo)*, v. 195, p. 1, 2016.
- QUEIROGA, E.F. Da relevância pública dos espaços livres: um estudo sobre metrópoles e capitais brasileiras. *Revista IEB*, v. 58, p. 105-132, 2014.
- REIS, A.T.L.; LAY, M.C. Avaliação da qualidade de projetos - uma abordagem perceptiva e cognitiva. *Ambiente Construído (São Paulo)*, Porto Alegre, v. 6, n.3, p. 21-34, 2006.
- RHEINGANTZ, P.A. Narrativas ou traduções de urbanidade. *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2012.
- RIBEIRO, A.C.T. Por uma sociologia do presente. Vols.3, 4, 5. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- ROLNIK, R. Guerra dos lugares. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ROMERO, M.A.; SILVA, C.F. (Org.) *Olhares da Reabilitação Ambiental Sustentável*. Brasília: UnB, 2012.
- SABOYA, R. T.; NETTO, V.M.; VARGAS, J.C. Fatores morfológicos da vitalidade urbana: Uma investigação sobre o tipo arquitetônico e seus efeitos. *Arquitextos*, n. 180.01, 2015.

- SAMPAIO, A.R.; BAHIA, S.R. Reais enfrentamentos da conservação na escala local. Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, v. 8, p. 1-15, 2015.
- SÁNCHEZ, F. A Reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial. 2. ed. Chapecó: Argos , 2010.
- SANTORO, P. (Org.). Gestão Social da valorização da terra. São Paulo: Instituto Pólis, 2004.
- SANTOS, R.F. Planejamento Ambiental: Teoria e Prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.
- SCOCUGLIA, J. B. C. (Org.) Cidade, cultura e urbanidade. 1. João Pessoa: Editora UFPB, 2012.
- SERPA, A.O. Espaço Público na Cidade Contemporânea. São Paulo: Contexto, 2007,
- SILVA, M.L.P. Favelas Cariocas (1930-1964). Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- SOUZA, M.L. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- TÂNGARI, V.R. et al. Morfologia Urbana, Suporte Geo-Bio Físico e o Sistema de Espaços Livres. In: CAMPOS, A.C. et al (Org.). Quadro dos sistemas de Espaços livres nas cidades brasileiras. São Paulo: Fau Usp, 2011.
- TRIGUEIRO, M. Pacificação da cidade: a urbanidade legitimada. In: AGUIAR, D.; NETTO, V.M. (Org.) Urbanidades. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2012.
- VAINER, C.B. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: Anais do XIV Encontro Nacional na Anpur, 2011.
- VAZ, L.F. *Modernidade e Moradia: Habitação coletiva no Rio de Janeiro XX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.
- VIVAN, M.; SABOYA, R. T. (2012). Arquitetura, espaço urbano e criminalidade. In: II ENANPARQ. Natal: UFRN.